

116ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE FRANCA – 06 DE JULHO DE 2017.

3 Aos seis dias do mês de Julho de 2017, às dez horas e vinte minutos, na sede da Secretaria de Ação Social, sito à
4 Avenida Champagnat, 1750, Centro, foi realizada a décima sexta Reunião Extraordinária do Conselho
5 Municipal de Assistência Social, sob a presidência da presidente e representante titular da Sociedade Civil,
6 representando as Entidades e Organizações de Assistência Social, Senhora Ernestina Maria de Assunção Cintra.
7 Estiveram presentes na reunião treze (13) conselheiros, sendo sete (07) do poder público e seis (06) da
8 sociedade civil, com os seguintes **Conselheiros titulares**: Clóves Plácido Barbosa, Ernestina Maria de
9 Assunção Cintra (Tina), Fernanda Rodrigues Carrijo, Camila Rodrigues Alves Junqueira, Alessandra Aparecida
10 da Silva, Maria Aparecida Morais Oliveira (Cidinha), Iara Flávia Afonso Guimarães, Adriana da Silva Bazon,
11 Rejane Garcia e Deyvid Alves da Silveira. **Conselheiros Suplentes**: Luiz Antônio Cintra Filho. **Conselheiros**
12 **na titularidade**: Geraldine Garcia Fuga Menezes e Jussara Barreto. **Com a seguinte pauta**: **3.1 –**
13 **Apresentação de parecer e Deliberação sobre inscrição do Programa Aprendiz – ESAC**; **3.2 –**
14 **Apresentação de parecer e Deliberação sobre inscrição da Casa de Apoio Dom Pedro Luiz**; A Presidente
15 Tina iniciou a reunião apresentando as justificativas de ausência dos conselheiros José Carlos, Ricardo, Sandra,
16 Lucinéia, Valéria, Sônia Regina e Ana Lúcia. Logo após, realizou a leitura da pauta, que foi aprovada. Passou-se
17 então para o assunto **3.1 – Apresentação de parecer e Deliberação sobre inscrição do Programa Aprendiz –**
18 **ESAC**; A conselheira Tina explicou que a análise da documentação ficou sob a responsabilidade dela e da
19 conselheira Alessandra, porém a visita foi realizada no dia anterior, somente por ela, uma vez que a Alessandra
20 não tinha condições de participar naquela data. Na sequência Tina fez a apresentação do relatório e parecer e
21 informou que a entidade já é inscrita no Conselho e está pleiteando a inscrição do Programa Jovem Aprendiz.
22 Lembrou que desde a alteração da Lei 12.101 em 2013, as entidades que executam os Programas de
23 Aprendizagem passaram a ser reconhecidos da Assistência Social, desde que observem as normativas da Política
24 de Assistência Social. A conselheira informou que foi recebida pela Gerente da Entidade, Geraldine e pela
25 contadora Walkiria. Pontuou que o Programa de aprendizagem é destinado para adolescentes, na faixa etária de
26 14 a 18 anos, de ambos os sexos, que tenham concluído ou cursando o ensino médio, oriundos de escolas
27 públicas, garantindo-se o atendimento ao público prioritário da Assistência social. Destacou que não é realizado
28 um processo seletivo para inserção dos adolescentes, uma vez que esse tipo de seleção torna-se uma ação
29 excludente, quando se trata do público prioritário da assistência. A conselheira Geraldine, gerente da ESAC,
30 explicou sobre a divulgação e seleção, afirmando que a entidade tem conseguido atender a grande maioria dos
31 adolescentes que procuram o programa. Tina explicou que o programa tem a finalidade de promover a
32 integração ao mercado de trabalho, nos termos da LOAS, que prevê como objetivos da assistência social “a
33 promoção da integração ao mercado de trabalho”. Em seguida, explicou o funcionamento dizendo que os
34 adolescentes encaminhados para o Jovem Aprendiz passam por um programa preparatório de seis meses,
35 chamado Primeira Etapa. A conselheira Alessandra perguntou quando esse programa se iniciou e Geraldine

36explicou que o Programa Aprendiz funciona desde 2004. Tina informou ainda que durante a visita, foi possível
37verificar os adolescentes em atividades de aprendizagem, para o qual a entidade possui equipe técnica composta
38por educadores sociais, coordenadora, assistente social, recepcionista, auxiliar limpeza, auxiliar de
39departamento pessoal e assistente administrativo. As atividades são realizadas no prédio cedido pela Prefeitura,
40na Avenida Champagnat, que possui salas de equipe técnica e salas equipadas para atendimento dos jovens
41aprendizes e ainda um pequeno refeitório onde os jovens podem fazer suas refeições. O ambiente se mostrou
42organizado e adequado para o atendimento. A entidade mantém a sustentabilidade do Programa com recursos
43oriundos da administração do Sistema de Estacionamento Rotativo de Veículos - Área Azul. A conselheira Irene
44questionou se de fato o programa é gratuito ou se as empresas contribuem. Geraldine explicou que é totalmente
45gratuito para a empresa e para o jovem. A conselheira Cidinha sugeriu que no relatório conste a informação de
46que a entidade executa também o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de Crianças e
47Adolescentes e o Serviço de Proteção Social a Adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, com
48parceria e cofinanciamento do município, inclusive na locação de outro imóvel para esses dois serviços. Após
49discussões e esclarecimentos, o colegiado manifestou o parecer favorável pelo deferimento da inscrição do
50Programa executado pela entidade. Em seguida passou ao item 3.2 - **Apresentação de parecer e Deliberação**
51**sobre inscrição da Casa de Apoio Dom Pedro Luiz.** Os conselheiros Clóves e Geraldine, analisaram a
52documentação apresentada e realizaram visita à entidade. Geraldine iniciou a apresentação do relatório e parecer
53informando que foram recebidos pelo fundador da Casa, o Padre Marco Antônio Gimenes Garcia, o gerente
54Crézio Fernandes de Souza e a assistente social Maria Celina Souza de Andrade Ferro. O público atendido é
55caracterizado por pessoas do sexo masculino, com idade a partir de 18 (dezoito) anos, preferencialmente que
56concluíram tratamento de dependência química em comunidades terapêuticas e/ou clínicas de reabilitação, que
57perderam o vínculo familiar ou estes encontram-se fragilizados, deixando-os assim, sem opção de moradia, ou
58pessoas em situação de rua e desabrigo por abandono e sem condições de autossustento. A casa possui
59atualmente 19 (dezenove) residentes. A instituição funciona em uma chácara, situada no bairro Recanto Fortuna,
60em terreno com 5000 metros quadrados e conta com duas casas: a primeira comporta 13 (treze) residentes e
61conta com quatro quartos, com beliches, camas individuais e guarda roupas, além de dois banheiros. O espaço é
62bastante organizado e cuidado. A segunda casa comporta 7 (sete) residentes e conta com seis quartos, sendo uma
63suíte, dois banheiros, antessala, sala para TV e escritório. A chácara conta ainda com cozinha, refeitório, capela,
64quiosque, horta e um barracão usado para oficinas. Possui também uma academia que foi montada com
65materiais alternativos. Geraldine explicou que as refeições e a limpeza é realizada pelos próprios residentes. A
66equipe de referência é composta somente por voluntários: 01 coordenador, 01 auxiliar administrativo, 01
67assistente social, 01 psicóloga, 01 educador físico, 01 terapeuta ocupacional, 01 nutricionista e 1 monitor. Os
68recursos da entidade provém somente de doações, inclusive do próprio padre Marcos e da diretoria, além de
69eventos realizados, tais como: feijoadas, porco no rolete, festa junina. De acordo com o parecer da comissão a
70Instituição buscou atender às orientações constantes do último relatório de visita do conselho que foi realizado

71em 17/06/2016. Ainda não possuem alvará da vigilância sanitária e do corpo de bombeiros. Realizam um
72trabalho necessário e importante ao município. Cloves informou que foi solicitada a inscrição na área da saúde,
73porém foi indeferido. Salientou que a Casa de Apoio tem a intenção de compor a equipe com trabalhadores
74contratados porém necessitam de recurso financeiro. A conselheira Cidinha pontuou que essa questão da equipe
75ser composta somente por voluntários é uma preocupação e destacou ainda a questão do atendimento por tempo
76indeterminado, pois o serviço de acolhimento deve garantir uma série de aquisições e seguranças, além da
77necessidade de realizar um trabalho de fortalecimento de vínculos e reinserção na comunidade. Geraldine
78relatou que apesar dos profissionais não serem contratados observa-se que há um compromisso e uma definição
79de atribuições e responsabilidades. Disse que o trabalho é contínuo e tem o foco na reestruturação/reorganização
80da vida dos atendidos, sendo os mesmos encaminhados para organização de documentação, o trabalho e
81reinserção na comunidade. Tina, fez algumas considerações pontuando que, na sua percepção, o trabalho
82realizado tem a semelhança com serviço de república. Neste momento o colegiado fez diversas discussões e
83considerações sobre a caracterização do serviço, observando a Tipificação Nacional. Cidinha ressaltou a
84necessidade de ser debatido melhor a caracterização do serviço. Neste momento a conselheira Iara fez algumas
85considerações sobre a necessidade do conselho realizar acompanhamento, estar mais próximo e realizar
86orientação de forma mais intensa junto às entidades que são inscritas e especialmente aquelas que iniciam um
87novo serviço.. O colegiado concordou com as considerações da Iara, lembrando que a equipe de monitoramento
88realiza o acompanhamento junto a todas entidade inscritas e o CMAS realiza o acompanhamento anual por meio
89dos relatórios, planos de ação e visitas quando necessário. Dando seguimento a discussão sobre a inscrição da
90Casa de Apoio Dom Pedro, Cidinha sugeriu convidar representantes da entidade e apresentar quais são as
91modalidades de serviços tipificados para que eles consigam se identificar e reconhecer. Geraldine afirmou que
92essa reunião será de extrema importância. Maria Amélia lembrou que o prazo para o conselho concluir todo o
93processo de inscrição encerra-se no próximo dia 18 e questionou se o conselho pretende publicar uma resolução
94informando a prorrogação deste prazo de análise. O colegiado definiu que não seria necessário, considerando
95que o processo está em análise sugerindo que seja enviado um ofício informando que a documentação foi
96analisada e discutida, e convidando os representantes para a reunião citada. Ao final das discussões definiu-se
97agendar uma reunião preparatória da comissão de inscrição no dia 20 de julho e no dia 03 de agosto com a
98entidade. Finalizados os assuntos e nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às dez horas e cinquenta
99minutos, e eu, Maria Amélia Faciroli Vergara, secretária-executiva do CMAS, lavrei a presente ata, que uma vez
100lida e aprovada, será anexada a lista de presença dos conselheiros participantes.